

## **SINDICATO DOS PROFESSORES DO SUL FLUMINENSE**

(ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR)

Reconhecido no MTPS 168.405/65 - C.G.C 32.508.400/0001-07

Considerado de Utilidade Pública Municipal: Deliberação no. 855, de 16/08/1967

Carta Sindical: Livro 043, página 074 - ano 1965 - MTE

Base Territorial: Municípios de Barra Mansa, Barra do Pirai, Itatiaia, Pinheiral, Pirai, Porto Real, Quatis, Resende, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda.

Av. Oscar de Almeida Gama - n.º 412- Aterrado - Volta Redonda/RJ CEP.: 27 213-260  
TEL.(24) 3347 3626 - FAX. (24) 3347 3679 E-mail: sinpro-sf@hotmail.com

### **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2019/2020**

SINDICATO DOS PROFESSORES DO SUL FLUMINENSE, CNPJ n. 32.508.400/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr. **JOÃO MARQUES DA FONSECA FILHO**, CPF Nº **207.897.937-68** e SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE VOLTA REDONDA, CNPJ n. 27.962.604/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr. **CLAUDIO ALVARES MENCHISE**, CPF Nº **572.341.327-91**; celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE:**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 garantindo a manutenção da data base da categoria em 1º de maio de 2020 e as cláusulas sociais até a assinatura do próximo acordo.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) dos **Professores, Orientadores e Supervisores Pedagógicos e Instrutores, da Rede Particular do Ensino da Educação Básica, Ensino Supletivo, Cursos Livres de Idiomas e Profissionalizantes; do Ensino Superior em Fundações, Universidades Particulares, Estaduais e Federais, com abrangência territorial em Barra Do Pirai/RJ, Barra Mansa/RJ, Resende/RJ, Valença/RJ e Volta Redonda/RJ.**

#### **Salários, Reajustes e Pagamento**

##### **Reajustes/Correções Salariais**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE/CORREÇÕES SALARIAIS**

A partir de 01/05/2019 fica concedido reajuste salarial à categoria, ou seja, Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, no percentual de 5,07% (cinco vírgula zero sete por cento) sobre os valores praticados em 30/04/2019.

8

*[Assinaturas manuscritas]*

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica convencionado que os valores dos pisos mínimos salariais para esta Norma Coletiva de Trabalho, referentes ao período de 2019/2020, são os seguintes:

- 1) Para os Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores contratados por Instituições Escolares de Educação Infantil, das Classes de Alfabetização e do Ensino Fundamental até o 5º ano, com mais de 120 alunos matriculados, o piso normativo salarial mensal a partir de 01/05/2019 será de R\$1.334,81 (um mil trezentos e trinta e quatro reais e oitenta e um centavos), para uma carga horária semanal de 22,5 (vinte e duas vírgula cinco) horas.
- 2) Para os Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores contratados por Instituições Escolares de Educação Infantil, das Classes de Alfabetização e do Ensino Fundamental até o 5º ano, com até 120 alunos matriculados, o piso normativo salarial mensal será de R\$ 1.196,08 (um mil cento e noventa e seis reais e oito centavos), para uma carga horária semanal de 22,5 (vinte e duas vírgula cinco) horas.
- 3) Para os Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o piso salarial, no valor hora aula a partir de 01/05/2019, será de R\$ 16,23 (dezesesseis reais e vinte e três centavos), mais o repouso semanal remunerado, na forma da legislação em vigor.



**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica mantida uma segunda faixa para o Piso Salarial do Docente, da Educação Infantil e da Primeira Fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), o valor equivalente a 60% (sessenta por cento) do piso salarial, exclusivamente para a contratação de professor assistente, cuja atividade é de exclusiva assistência ao professor titular da turma discente, não se aplicando, na hipótese a equivalência salarial em razão da formação profissional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Todo e qualquer adiantamento salarial espontâneo ou não que tiver sido concedido antes da assinatura da presente Convenção Coletiva será compensado para efeito de composição do valor do salário nominal do professor.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Será facultado ao SINPRO-SF fiscalizar o cumprimento do parágrafo primeiro da Cláusula Terceira, podendo verificar *in loco* o cumprimento do mesmo, quando assim entender.

**PARÁGRAFO QUINTO** - O valor de salário acima mencionado, inerente a Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, acima fixado, será somente para os contratados a partir de 01/05/2016, ficando garantido o valor que já vem sendo praticado com relação aos que já pertencem ao quadro de empregados, garantindo o reajuste salarial anual, objeto desta convenção.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Em hipótese alguma poderão os Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, receber aquém do piso mínimo ora fixado.



## **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

### **CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO - FORMAS E PRAZOS**

O pagamento dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores será feito mensalmente, por cheque nominativo, dinheiro contado, ou depósito bancário em conta corrente, e os Estabelecimentos de Ensino fornecerão ao docente, no ato do pagamento, contracheque comprobatório, do qual constará a carga horária, o valor do salário aula, o valor do salário bruto, as horas extras trabalhadas, os descontos discriminadamente, e o valor líquido a receber sempre obedecidas as regras da CLT.

#### **Remuneração DSR**

### **CLÁUSULA QUINTA - REMUNERAÇÃO DSR**

Considerar-se-á, para efeito de cálculo de pagamento, o mês de 4,5 (quatro vírgula cinco) semanas (art. 320, parágrafo primeiro, da CLT), assegurado o repouso semanal remunerado (Lei n.º 605/49).

#### **Descontos Salariais**

### **CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS SALARIAIS**

Descontar-se-á de cada Professor, Orientador, Supervisor Pedagógico e Instrutor as faltas ou ausências do "TDR", obedecendo o mesmo critério previsto na cláusula décima quinta.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Adicional de Hora-Extra**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE HORA EXTRA**

Os Estabelecimentos de Ensino obrigam-se a pagar o valor de um salário aula extra, como bonificação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) para cada período de 50 (cinquenta) minutos em que os Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, fora do seu horário normal de aula, ficarem à disposição do Estabelecimento de Ensino, importando em acréscimo de horas de serviço as aulas de recuperação, conselho de classe, plantão de orientação pedagógica de professores, provas de seleção, dependência e reuniões. Ficarão excluídos dessas obrigações os Estabelecimentos de Ensino que, dentro da carga horária do professor, inserirem o "tempo disponível remunerado", ou "TDR".

 *Sylmara Silva*

### Adicional de Tempo de Serviço

#### CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Para fins de cálculo e pagamento do adicional por tempo de serviço, tomar-se-á o dia 1º de janeiro de 1980, como início de contagem do tempo de serviço dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, com exceção do Município de Resende, no qual tomar-se-á, para o mesmo fim, a data de 1º de março de 1976.

#### CLÁUSULA NONA - ATS

Os Estabelecimentos de Ensino pagarão aos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores um adicional por tempo de serviço, correspondente a 5% (cinco por cento) do seu salário nominal, devido por cada quinquênio de trabalho, a ser pago mensalmente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Ficam ressalvados os direitos adquiridos daqueles que vêm recebendo valores iguais, ou acima dos previstos no presente Capítulo, bem como outros critérios pagos a título de gratificação, quer pela modalidade de anuênio, quer pelo quinquênio, ou outra forma de gratificação já fixada pelo Estabelecimento de Ensino.

### Adicional Noturno

#### CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

As aulas ministradas a partir das 22 horas serão remuneradas com acréscimo do adicional noturno de 20% (vinte por cento).

### Auxílio Educação

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO

Fica assegurada, pelos Estabelecimentos de Ensino, uma ajuda financeira aos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, para fins de realização de curso superior ou especialização, na base de 40% (quarenta por cento) para atender aos interesses do docente, e na base de 100% (cem por cento), sobre o valor do curso, para atender aos interesses do Estabelecimento de Ensino, ficando tal ajuda condicionada à prévia anuência do Estabelecimento de Ensino, que se reserva exclusividade para decisão sobre o assunto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para os Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores que foram admitidos no Estabelecimento de Ensino até o dia 30 de Abril de 1996, objetivando a preservação do princípio constitucional do direito adquirido, fica assegurada a gratuidade total dos estudos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, para todos os dependentes legais dos professores,



orientadores e supervisores nos colégios onde os mesmos lecionem, ou exerçam atividades do magistério, própria do sistema de ensino, nos termos da Lei 9.394/96, nos seguintes casos específicos:

- a) quando estiverem em exercício efetivo na Entidade de Ensino;
- b) quando aposentados, contarem cinco ou mais anos de efetivo serviço no Estabelecimento;
- c) quando licenciados para tratamento de saúde.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para os Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores admitidos a partir de 1º de maio de 1996, a gratuidade de ensino será concedida proporcionalmente ao número de aulas semanais ministradas por eles, sob a forma de bolsa de estudos, nas seguintes condições:

- a) para cada aula semanal ministrada pelo docente, bolsa de 5% (cinco por cento) do valor da mensalidade escolar;
- b) o valor da bolsa será limitada a 100% (cem por cento) do valor da mensalidade escolar para cada filho ou dependente;
- c) na hipótese dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores laborarem mais de 20 (vinte) aulas por semana no mesmo Estabelecimento de Ensino, as aulas excedentes serão computadas para compor o valor da bolsa para outro filho e/ou dependente do docente.

#### **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

##### **Normas para Admissão/Contratação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

É condição para o exercício da atividade dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores em estabelecimentos particulares de ensino, a comprovação de habilitação profissional, na forma da legislação vigente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Sem prejuízo da contratação por contrato de experiência, é nula a contratação do docente por prazo determinado para ministrar aulas em cursos regulares, salvo em se tratando de aulas de recuperação e de substituição de docente afastado temporariamente por qualquer motivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Na admissão de quaisquer Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, deles, exigirá o empregador a apresentação da prova de quitação da contribuição sindical, conforme previsto no artigo 601, da CLT.



**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Os empregadores farão constar na Carteira Profissional dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores o valor de seus respectivos salários.

**Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**  
**Outras estabilidades**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OUTRAS ESTABILIDADES**

O docente, o (a) orientador (a) e o(a) supervisor(a) não poderão ser despedidos(as), sem justa causa, antes de decorridos os noventa dias após o término da garantia de emprego prevista no art.10 do ADCT, inciso II, letra b.

**Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**  
**Duração e Horário**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DURAÇÃO E HORÁRIO**

Por salário aula dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores entende-se cada período de 50 (cinquenta) minutos em que o mesmo esteja à disposição do Estabelecimento de Ensino na regência de aulas, ou na prestação de serviços de natureza didático-pedagógica, ficando obrigatória a concessão de um intervalo de descanso mínimo de quinze minutos, após três aulas consecutivas.

**Faltas**


**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FALTAS**

O cálculo do desconto de falta do professor será feito multiplicando-se o número de aulas não dadas pelo respectivo valor do salário aula.

**Outras disposições sobre jornada**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

A alteração dos horários de ensino e suas modificações eventuais no decorrer do ano letivo processar-se-ão mediante acordo entre os Estabelecimentos de Ensino e dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, sempre com assistência do Sindicato Profissional, salvo na hipótese de não ocorrer prejuízo para o docente.

 *Sylmarita*



**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os Estabelecimentos de Ensino procurarão dar prioridade, na distribuição da carga horária, aos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores que já integram os seus quadros docentes, de forma que as aulas disponíveis venham a ser acrescidas à carga horária dos docentes já atuantes, levando em conta o seu tempo de serviço na escola e o parecer dos órgãos técnico-pedagógicos do Estabelecimento de Ensino.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Nos dias de feriados nacionais, estaduais, municipais ou religiosos, nos termos da legislação própria, bem como segundas, terças e quartas-feiras de carnaval, e sexta-feira e sábado da semana Santa, não se exigirá o trabalho dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores, salvo mútuo acordo entre o Estabelecimento de Ensino e o docente.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - O dia 15 de outubro (DIA DO PROFESSOR) será feriado em qualquer hipótese para professores.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Na hipótese do professor ministrar 06 (seis) aulas no período, no mesmo Estabelecimento de Ensino, será obrigatório um intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos entre a 3ª e 4ª aula, ou entre a 4ª e 5ª aula, cumprindo assim a norma estabelecida no artigo 318 da CLT.

**PARÁGRAFO QUINTO** - Os períodos comumente chamados "janela" nos horários dos docentes, que resultarem do interesse do Estabelecimento de Ensino, passarão a ser considerados "TDRs", devendo ser remunerados no valor do salário aula do docente, excetuados os casos especiais decorrentes do entendimento por escrito entre o docente e o Estabelecimento de Ensino, bem como a hipótese em que a ocorrência de "TDRs" seja motivada por interesse exclusivo do docente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

Todos os Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores que contarem com mais de vinte anos de contrato de trabalho contínuo no mesmo Estabelecimento de Ensino, poderão reduzir em 50% (cinquenta por cento) a sua carga horária, sem prejuízo de sua remuneração, desde que completem sua carga horária, prestando serviços extra classe, pertinentes à sua categoria profissional. Esse benefício entrará em vigor, quando solicitado pelo Professor, Orientador, Supervisor Pedagógico e Instrutor através de requerimento, devidamente deferido, obedecendo a ordem de chegada do requerimento.

**Férias e Licenças  
Férias Coletivas**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FÉRIAS COLETIVAS**

As férias trabalhistas dos Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores serão gozadas durante o mês de janeiro de cada ano, a partir do primeiro

dia útil, com atendimento dos interesses das partes para o descanso coletivo da categoria profissional.

#### **Licença Remunerada**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - LICENÇA REMUNERADA**

Os Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores terão direito à licença remunerada de até dez dias por semestre para frequentar cursos de especialização, simpósios, seminários, encontros e outros, desde que a solicitem com antecedência, devendo comprovar a frequência, após os eventos.

#### **Licença não Remunerada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - LICENÇA NÃO REMUNERADA**

Depois de cinco anos de efetivo exercício do magistério no mesmo Estabelecimento de Ensino, Professores, Orientadores, Supervisores Pedagógicos e Instrutores terão o direito, por prazo máximo de dois anos, prorrogável pelo mesmo prazo, mediante acordo escrito, a uma licença não remunerada para tratar de interesse particular, não podendo o docente retornar antes do fim do período da licença solicitada, salvo o interesse comum das partes.

#### **Outras disposições sobre férias e licenças**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

Considerar-se-ão concedidas e gozadas por antecipação as férias que não tiverem completado o período aquisitivo.

#### **Relações Sindicais**

#### **Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho**

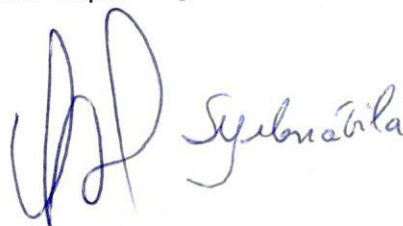
#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

Os Estabelecimentos de Ensino se comprometem a colocar um quadro de avisos na sala dos professores, para uso do Sindicato Profissional.

#### **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - OUTRAS DISPOSIÇÕES**

Formação de uma comissão paritária composta por representantes do SINPRO-SF e do SINEPE, com o objetivo de elaborar um estudo para implantação de Plano de Cargos, Carreira e Salários.





**Disposições Gerais****Mecanismos de Solução de Conflitos****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

E para que surta os seus legais e devidos efeitos, fica eleita a Justiça Especializada do Trabalho para dirimir os eventuais conflitos. Assinam as partes, o presente instrumento normativo, em duas vias de igual forma e teor, para um só efeito.

**Aplicação do Instrumento Coletivo****CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

O presente Instrumento Coletivo aplica-se ao pessoal docente. Entende-se como pessoal docente os professores, os orientadores, os supervisores e os professores assistentes.

Volta Redonda, 27 de Maio de 2019.

João Marques da Fonseca Filho  
Diretor Presidente

JOÃO MARQUES DA FONSECA FILHO  
Presidente  
SINDICATO DOS PROFESSORES DO SUL FLUMINENSE

*Sybilanãta*

CLAUDIO ALVARES MENCHISE  
Presidente

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE VOLTA REDONDA